

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICA S/A

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICA S/A

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Ventos Fortes Geradora Eólica S/A
Pedra Grande - RN

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ventos Fortes Geradora Eólica S/A ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos Fortes Geradora Eólica S/A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Ventos Fortes Geradora Eólica S/A, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.




Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - RN


Andreia Gini de Souza
Contadora CRC 1 SP 270317/O - 9 - S - RN

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.
CNPJ: 12.985.237/00001-58
Balanços patrimoniais individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(em milhares de Reais)

| Ativo | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | | Passivo | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------|---------------------|--------------|---------|-------------|---------|---------------------------------------|---------------------|--------------|---------|-------------|---------|
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Circulante | | | | | | Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 2 | 90 | 715 | 943 | Fornecedores | 9 | 16 | 108 | 1.415 | 5.866 |
| Aplicações financeiras | 4 | 10 | - | 46.196 | 41.569 | Financiamentos | 10 | - | - | 28.219 | 28.307 |
| Contas a receber | 5 | - | - | 10.932 | 10.981 | Obrigações tributárias | | - | - | 1.327 | 1.706 |
| Estoques | | - | - | 74 | 294 | Dividendo a pagar | 11 | 4.113 | 2.417 | 4.113 | 2.417 |
| Impostos a recuperar | | - | - | - | - | Partes relacionadas | 11 | - | 14.384 | - | - |
| Dividendo a receber | 11 | 1.267 | 2.650 | - | - | Arrendamentos a pagar | 8 | - | - | 1.212 | 751 |
| Despesas antecipadas | | - | 70 | 298 | 4.579 | Contas a pagar | | - | - | 519 | 2.199 |
| Outras Contas a Receber | | - | - | - | 1.228 | | | 4.129 | 16.909 | 36.805 | 41.246 |
| | | 1.279 | 2.810 | 58.356 | 60.013 | Não circulante | | | | | |
| Não Circulante | | | | | | Financiamentos | 10 | - | - | 272.346 | 292.250 |
| Depósitos Judiciais | | - | - | 93 | 93 | Partes relacionadas | 11 | 44.394 | 54.713 | 44.934 | 54.713 |
| Partes relacionadas | 11 | 33.882 | 48.930 | - | - | Provisão para desmobilização | 8 | - | - | 2.898 | 2.628 |
| Investimentos | 6 | 314.982 | 316.050 | - | - | Arrendamentos a pagar | | - | - | 21.571 | 20.107 |
| Imobilizado | 7 | - | - | 621.185 | 646.307 | Contas a pagar | 8 | - | - | - | 1 |
| Intangível | | - | 5 | - | 165 | | | 44.934 | 54.713 | 341.749 | 369.699 |
| | | 348.864 | 364.445 | 621.278 | 646.565 | Patrimônio líquido | 13 | | | | |
| | | | | | | Capital social | | 288.383 | 288.383 | 288.383 | 288.383 |
| | | | | | | Reservas de lucros | | 12.697 | 7.250 | 12.697 | 7.250 |
| | | | | | | | | 301.080 | 295.633 | 301.080 | 295.633 |
| Total do Ativo | | 350.143 | 367.255 | 679.634 | 706.578 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 350.143 | 367.255 | 679.634 | 706.578 |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.
CNPJ: 12.985.237/00001-58
Demonstrações do resultado individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

| | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------------|--------------|--------|-------------|----------|
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Receita líquida de vendas | 14 | - | - | 109.997 | 120.613 |
| (-) Custo dos produtos vendidos | 15 | - | - | (60.856) | (57.331) |
| (=) Lucro bruto | | - | - | 49.141 | 63.282 |
| (+/-) (Despesas)/receitas operacionais | | | | | |
| Despesas administrativas e gerais | 15 | (176) | (350) | (12.014) | (11.201) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 6 | 7.326 | 16.039 | - | - |
| Outras receitas/(despesas) líquidas | 15 | (4) | - | (1.352) | (139) |
| (=) Lucro operacional antes do resultado financeiro | | 7.146 | 15.689 | 35.775 | 51.942 |
| Receitas financeiras | 16 | 1 | - | 4.299 | 4.179 |
| Despesas financeiras | 16 | (4) | (12) | (28.113) | (35.533) |
| (=) Resultado financeiro líquido | | (3) | (12) | (23.813) | (31.354) |
| (=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | | 7.413 | 15.677 | 11.962 | 20.588 |
| (-) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente | 17 | - | - | (4.819) | (4.911) |
| (=) Lucro líquido do exercício | | 7.143 | 15.677 | 7.143 | 15.677 |
| Lucro líquido por ação | | 0,023 | 0,052 | 0,023 | 0,052 |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.
CNPJ: 12.985.237/00001-58
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|---------------|--------------|---------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| (=) Lucro líquido do exercício | 7.143 | 15.677 | 7.143 | 15.677 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>7.143</u> | <u>15.677</u> | <u>7.143</u> | <u>15.677</u> |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.
CNPJ: 12.985.237/00001-58
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

| | Nota Explicativa | Capital social | Reservas | | (Prejuízos) / Lucros acumulados | Total |
|----------------------------------|---------------------|-------------------|----------|--------|---------------------------------------|---------|
| | | | Legal | Lucros | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | | 288.383 | - | - | (6.011) | 282.372 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | 15.677 | 15.677 |
| Reserva legal | 13.b | - | 483 | - | (483) | - |
| Dividendos propostos | 13.c | - | - | - | (2.416) | (2.416) |
| Reserva de retenção de lucros | 13.d | - | - | 6.767 | (6.767) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 288.383 | 483 | 6.767 | - | 295.633 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | 7.143 | 7.143 |
| Reserva legal | 13.b | - | 357 | - | (357) | - |
| Dividendos propostos | 13.c | - | - | - | (1.696) | (1.696) |
| Reserva de retenção de lucros | 13.d | - | - | 5.090 | (5.090) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 288.383 | 840 | 11.857 | - | 301.080 |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICAS.A.
CNPJ: 12.985.237/00001-58
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Dos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

| | Nota Explicativa | Controladora | | Consolidado | |
|--|---------------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| (=) Lucro líquido do exercício | | 7.143 | 15.677 | 7.143 | 15.677 |
| Itens que não afetam o caixa operacional | | | | | |
| (-) Resultado de equivalência patrimonial | 6 | (7.326) | (16.039) | - | - |
| (+) Depreciação e amortização | 7 | - | - | 24.559 | 24.370 |
| (+) Custo residual do ativo imobilizado | | 5 | - | 1.783 | 35.382 |
| (+) Juros e variações monetárias | | - | - | 30.486 | - |
| | | <u>(178)</u> | <u>(362)</u> | <u>63.971</u> | <u>75.429</u> |
| Aumento líquido/(Redução) nos ativos | | | | | |
| Aplicação financeira | | (10) | - | (4.627) | (5.160) |
| Conta s receber | | - | - | 49 | (6.143) |
| Estoques | | - | - | 220 | (2) |
| Impostos a recuperar | | - | - | 278 | (219) |
| Despesas antecipadas | | 69 | 30 | 4.281 | 2.497 |
| Depósitos judiciais | | - | - | - | 93 |
| Outras contas a receber | | - | 2 | 1.228 | (1.223) |
| Aumento líquido /(redução) nos passivos | | | | | |
| Fornecedores | | (92) | 108 | (4.451) | (8.123) |
| Obrigações tributárias | | - | - | (379) | 686 |
| Outras contas a pagar | | - | - | (1.680) | 1.647 |
| Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades operacionais | | <u>(211)</u> | <u>(222)</u> | <u>58.890</u> | <u>59.296</u> |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | | | |
| Aquisição de imobilizado | | - | - | (1.056) | (978) |
| Dividendos recebidos | 6 | 9.777 | 626 | - | - |
| Partes relacionadas | 11 | 14.508 | 5.621 | - | - |
| Caixa líquido (aplicado)/proveniente das atividades de investimentos | | <u>24.285</u> | <u>6.247</u> | <u>(1.056)</u> | <u>(978)</u> |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | | | |
| Partes relacionadas | 11 | (24.162) | (5.980) | (9.779) | (5.980) |
| Pagamentos de empréstimos e financiamentos | | - | - | (18.498) | (18.278) |
| Juros pagos por empréstimos e financiamentos | | - | - | (27.382) | (32.757) |
| Arrendamentos pagos | | - | - | (2.403) | (1.686) |
| Caixa Líquido (aplicado)/proveniente das atividades de financiamentos | | <u>(24.162)</u> | <u>(5.980)</u> | <u>(58.062)</u> | <u>(58.701)</u> |
| Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa | | <u>(88)</u> | <u>45</u> | <u>(228)</u> | <u>(383)</u> |
| Demonstração do aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa | | | | | |
| No início do exercício | | 90 | 45 | 943 | 1.326 |
| No fim do exercício | | 2 | 90 | 715 | 943 |
| Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa | | <u>(88)</u> | <u>45</u> | <u>(228)</u> | <u>(383)</u> |

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), atualmente com a sede no município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, na Fazenda Boca de Campo, S/N, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 29 de outubro de 2010.

A Companhia tem por objeto social a prestação de serviços em negócios de energia elétrica e apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a sociedades controladas e coligadas; participação no capital social de outras sociedades que exerçam atividades de geração e comercialização de energia eólica, atuando como investidora em suas controladas.

As controladas da Companhia têm por objeto social a geração de energia elétrica através da fonte eólica, incluindo o desenvolvimento de estudos de viabilidade, implantação, montagem e administração de projetos de geração de energia eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, um complexo de cinco parques localizados nos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte, com um total de 71 aero geradores, com sua potência instalada de 130MV.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 06 de março de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;
- Provisões para desmobilização;
- Provisão para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

3.3. Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.5. Instrumentos financeiros

3.5.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.6. Investimento

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa; e, em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.7. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

3.8. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São registrados pelas controladas pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.10. Arrendamento mercantil

3.10.1. Definição de arrendamento

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

3.10.2. Como arrendatário

As controladas arrendam imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a controladas reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). As controladas reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

As controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 9.

3.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.12. Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$240 e 9% para contribuição social.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.13. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.14. Capital social

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.15. Apuração do resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia e suas controladas, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

3.15.1. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e ganhos em instrumentos financeiros, quando aplicável.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, tarifas bancárias e comissões de fiança.

3.15.2. Custo do serviço de energia elétrica

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022

3.16.1. Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (alterações à IAS 37)

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. Sobre esse tema, a Companhia e suas controladas não consideram impactos significativos nas demonstrações financeiras.

3.16.2. Outras normas

Para seguintes normas ou alterações não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, a saber:

- Imobilizado – Receita antes do uso pretendido (Alterações à IAS 16);
- Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 (Alterações a IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41);
- Referências ao quadro conceitual (Alterações à IFRS 3);
- Contratos de seguros (IFRS 17).

3.16.3. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. e de suas controladas, conforme detalhado a seguir:

| Empresa | Tipo de controle | Participação acionária - % | |
|---|-------------------|----------------------------|------|
| | | 2022 | 2021 |
| Forte Cante de Baixo Geradora Eólica S.A. | Integral - Direto | 100 | 100 |
| SM Geração de Energia Eólica S.A. | Integral - Direto | 100 | 100 |
| Ventos de Santo Antônio Geradora Eólica S.A. | Integral – Direto | 100 | 100 |
| Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. | Integral – Direto | 100 | 100 |
| Ventos Parazinhenses Geradora Eólica S.A. | Integral – Direto | 100 | 100 |

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Controladora | | Consolidado | |
|----------------------------|--------------|-----------|---------------|---------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Bancos conta movimento | 2 | 90 | 715 | 943 |
| Aplicações financeiras (a) | 10 | - | 46.196 | 41.569 |
| | <u>12</u> | <u>90</u> | <u>46.911</u> | <u>42.512</u> |

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 12,39% a.a. em 2022 (4,42% a.a. em 2021).

5. CONTAS A RECEBER

| | Consolidado | |
|----------------------|---------------|---------------|
| | 2022 | 2021 |
| Contas a receber (a) | 10.932 | 10.981 |
| | <u>10.932</u> | <u>10.981</u> |

- (a) O "Contas a receber" das controladas refere-se a comercialização de energia eólica através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. INVESTIMENTO

| | Controladora | |
|---|----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Saldo inicial | 316.050 | 303.123 |
| (+) Recebimentos de dividendos adicional (a) | (7.127) | (462) |
| (+/-) Resultado de equivalência patrimonial (c) | 7.326 | 16.039 |
| (-) Dividendos propostos (b) | (1.267) | (2.650) |
| (=) Total da Movimentação de Investimento | <u>314.982</u> | <u>316.050</u> |
| Dividendos recebidos | | |
| Dividendos mínimo recebidos de exercícios (a) | 2.650 | 164 |
| Dividendos adicional recebidos do exercício (a) | 7.127 | 462 |
| Total de Investimento | <u>9.777</u> | <u>626</u> |

- (a) Durante o exercício foram recebidos de suas controladoras como distribuição de lucro o montante correspondente de R\$9.777 mil, desse valor R\$ 7.127 referem se a dividendos adicionais de 2022, e R\$2.650 mil de dividendo proposto em 2021 recebidos durante o exercício de 2022;
- (b) Dividendos proposto de conforme estatuto de suas controladas; e
- (c) Corresponde o resultado de equivalência patrimonial, sobre as participações societárias avaliadas e representadas conforme demonstrado a seguir:

| Controladas | Patrimônio Líquido 2021 | Dividendos Adicional | Equivalência Patrimonial | Participação no Capital | Dividendos Mínimo | 2022 |
|--------------------------|-------------------------|----------------------|--------------------------|-------------------------|-------------------|----------------|
| Ventos de Santo Antônio | 64.670 | - | 1.319 | 100% | 313 | 65.676 |
| Ventos do Canto de Baixo | 71.045 | 966 | 1.988 | 100% | 472 | 71.594 |
| Ventos Parazinhenses | 36.570 | - | 724 | 100% | - | 37.295 |
| SM Geração de Energia | 57.134 | - | 1.269 | 100% | - | 58.403 |
| Forte Canto de Baixo | 80.631 | 6.161 | 2.026 | 100% | 482 | 82.014 |
| | <u>316.050</u> | <u>7.127</u> | <u>7.326</u> | | <u>1.267</u> | <u>314.982</u> |

7. IMOBILIZADO

| | Consolidado | |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Aerogeradores | 572.839 | 594.895 |
| Instalações e benfeitorias | 12.189 | 12.651 |
| Máquinas e equipamentos | 14.475 | 15.222 |
| Equipamentos de informática | 170 | 178 |
| Móveis e utensílios | 340 | 351 |
| Imobilização em andamento | 175 | 18 |
| Direito de uso | 20.997 | 22.992 |
| | <u>621.185</u> | <u>646.307</u> |

As suas controladas acompanham anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

| Consolidado | Taxa de Depreciação a.a. | 2020 | | 2021 | | 2022 | |
|-----------------------------|--------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|--|
| | | | Adições | | Adições | | |
| Custo | | | | | | | |
| Aerogeradores | - | 661.600 | 79 | 661.679 | - | 661.679 | |
| Instalações e benfeitorias | - | 13.869 | - | 13.869 | - | 13.869 | |
| Equipamentos de informática | - | 227 | - | 227 | - | 227 | |
| Máquinas e equipamentos | - | 15.793 | 881 | 16.674 | - | 16.674 | |
| Móveis e utensílios | - | 375 | - | 375 | - | 375 | |
| Imobilização de andamento | - | - | 18 | 18 | 157 | 175 | |
| | | <u>691.864</u> | <u>978</u> | <u>692.842</u> | <u>157</u> | <u>692.999</u> | |
| Depreciação | | | | | | | |
| Aerogeradores | 3,3 | (44.730) | (22.054) | (66.784) | (22.055) | (88.840) | |
| Instalações e benfeitorias | 4 a 25 | (616) | (463) | (1.218) | (462) | (1.680) | |
| Máquinas e equipamentos | 4 a 25 | (905) | (547) | (1.452) | (748) | (2.199) | |
| Equipamentos de informática | - | (39) | (10) | (49) | (8) | (57) | |
| Móveis e utensílios | - | (12) | (12) | (24) | (11) | (35) | |
| | | <u>(46.302)</u> | <u>(23.086)</u> | <u>(69.527)</u> | <u>(23.284)</u> | <u>(92.811)</u> | |
| Direito de uso | | | | | | | |
| Contratos de arrendamento | - | 26.024 | - | 26.024 | (1.461) | 24.563 | |
| (-) Amortização | - | (1.746) | (1.286) | (3.032) | (534) | (3.566) | |
| | | <u>24.278</u> | <u>(1.286)</u> | <u>22.992</u> | <u>(1.995)</u> | <u>20.997</u> | |
| | | <u>669.840</u> | <u>(23.394)</u> | <u>646.307</u> | <u>(25.122)</u> | <u>621.185</u> | |

8. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia e suas controladas possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos.

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

| | Consolidado | |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| | 2022 | 2021 |
| Ativo | | |
| Direito de uso do ativo arrendado | 24.563 | 26.023 |
| Amortização do período | (3.566) | (3.031) |
| Saldo contábil líquido | <u>20.997</u> | <u>22.992</u> |
| | | |
| | Consolidado | |
| | 2022 | 2021 |
| Passivo | | |
| Arrendamento a pagar | 2.412 | 1.685 |
| (-) Juros a apropriar | (1.200) | (934) |
| | 1.212 | 751 |
| Arrendamento a pagar | 37.529 | 29.512 |
| (-) Juros a apropriar | (15.958) | (9.405) |
| Provisão de Desmobilização (a) | 2.898 | 2.628 |
| | 24.469 | 22.735 |
| Saldo contábil líquido | <u>25.681</u> | <u>23.486</u> |

Passivo total

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento de suas controladas.

(a) A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, deve constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

| | |
|---------------------------|---------------|
| Vencimento no longo prazo | 2022 |
| 2023 | 1.388 |
| 2024 | 1.388 |
| 2025 | 1.388 |
| 2026 | 1.388 |
| 2027 em diante | 15.843 |
| | <u>21.395</u> |

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

9. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia e suas controladas junto aos fornecedores conforme a seguir:

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------|--------------|------------|--------------|--------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Fornecedores | 16 | 108 | 1.415 | 5.866 |
| | <u>16</u> | <u>108</u> | <u>1.415</u> | <u>5.866</u> |

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladas e coligadas.

10. FINANCIAMENTOS E DEBENTURES

Correspondem às obrigações da Companhia junto as instituição financeira conforme a seguir:

| Abertura do Saldo Contábil | Consolidado | |
|----------------------------|----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Financiamento BNB | 300.565 | 320.557 |
| Saldo contábil | <u>300.565</u> | <u>320.557</u> |
| Circulante | 28.219 | 28.307 |
| Não Circulante | 272.346 | 292.250 |

As Controladas firmaram o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em dezembro de 2018, perfazendo um total de R\$402.800mil, na data de emissão. Os encargos incidente a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "pro rata die", com o vencimento final em 15 de janeiro de 2.035.

Os recursos obtidos foram usados para construção dos parques eólico e as instalações das Controladas junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

O contrato está garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos. O contrato contém cláusulas restritas que requerem a manutenção de índices financeiros (covenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD deve ser maior ou igual 1,3, onde (Saldo inicial de caixa + Geração de caixa da atividade)/ (Soma dos pagamentos do principal + juros em 12 meses), com parâmetros preestabelecidos com base nas demonstrações financeiras das Controladas, conforme demonstrado a seguir:

| | 2022 | | | 2021 | | |
|--|----------------------|----------------------|--------------------------|----------------------|----------------------|--------------------------|
| | Ventos Santo Antônio | Forte Canto de Baixo | Ventos do Canto de Baixo | Ventos Santo Antônio | Forte Canto de Baixo | Ventos do Canto de Baixo |
| Saldo de Caixa | 3.650 | 9.558 | 4.961 | 1.682 | 8.681 | 1.583 |
| (=) EBITDA | 9.433 | 15.204 | 10.849 | 9.516 | 19.976 | 12.169 |
| (-) Provisão de imposto de renda e Contribuição Social | (844) | (1.132) | (930) | (635) | (1.009) | (686) |
| (-) Investimentos realizados | (653) | (776) | (182) | - | - | - |
| (-) Distribuição de capital | (313) | (481) | (472) | - | - | - |
| (+/-) Aportes e resgates contas reservas do SD e O&M | - | - | - | (491) | (2.053) | (539) |
| Geração de caixa da atividade | 7.623 | 12.815 | 9.265 | 8.390 | 16.914 | 10.944 |
| Serviço da dívida | 6.926 | 10.002 | 7.536 | 7.002 | 9.737 | 7.597 |
| Índice de cobertura do serviço da dívida | 1,63 | 2,24 | 1,89 | 1,48 | 2,63 | 1,65 |

11. PARTES RELACIONADAS

| Descrição | Mútuo/ contas a Receber (ativo não circulante) | | Mútuo/ contas a pagar (passivo não circulante) | | | |
|----------------------------|---|--------|---|--------|-------------|--------|
| | Controladora (a) | | Controladora | | Consolidado | |
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Ventos Parazinhenses | 20.972 | 20.890 | - | 248 | - | - |
| SM Geração de Energia | 12.910 | 27.500 | - | 14.136 | - | - |
| Serveng Energia Renováveis | - | - | 44.934 | 54.713 | 44.934 | 54.713 |
| | 33.882 | 48.390 | 44.934 | 69.097 | 44.934 | 54.713 |

(a) Os saldos correspondem a valores a receber referente a mútuo com suas controladas;

| Descrição | Dividendos a receber (ativo circulante) | | Dividendos a pagar (passivo circulante) | | | |
|----------------------------|--|-------|--|-------|-------------|-------|
| | Controladora | | Controladora | | Consolidado | |
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Ventos de Santo Antônio | 313 | - | - | - | - | - |
| Ventos do Canto de Baixo | 472 | 614 | - | - | - | - |
| Forte Canto de Baixo | 482 | 2.036 | - | - | - | - |
| Serveng Energia Renováveis | - | - | 4.113 | 2.417 | 4.113 | 2.417 |
| | 1.267 | 2.650 | 4.113 | 2.417 | 4.113 | 2.417 |

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

12. PROVISÃO

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

13. PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social integralizado de R\$288.383 mil em 31 de dezembro de 2022, esta representado por 304.320 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R\$840mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$483mil em 31 de dezembro de 2021).

| | 2022 | 2021 |
|---|------------|------------|
| Saldo inicial | 483 | - |
| Constituição da reserva legal do exercício (5%) | 357 | - |
| | <u>840</u> | <u>483</u> |

(c) Dividendos mínimo

De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício | 7.143 | 15.677 |
| Absorção do prejuízo | - | (6.011) |
| Constituição da reserva legal (5%) | (357) | (483) |
| Base de Cálculo dos dividendos | <u>6.786</u> | <u>9.183</u> |
| Dividendos mínimos obrigatórios (25%) | <u>(1.696)</u> | <u>(2.416)</u> |
| | <u>5.090</u> | <u>6.767</u> |

(d) Reserva Lucros

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva de lucros. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é de R\$11.857 (R\$6.767 em 2021).

14. RECEITA LIQUIDA

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

| | Consolidado | |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Receitas | | |
| Venda de energia mercado livre | 79.970 | 75.781 |
| Venda de energia mercado CP | 5.120 | 22.700 |
| Venda de energia mercado regulado | 28.768 | 26.278 |
| Venda de energia elétrica múltiplo | 320 | 451 |
| | <u>114.177</u> | <u>125.210</u> |
| Impostos sobre faturamento | | |
| ICMS sobre faturamento | - | (24) |
| PIS sobre faturamento | (749) | (817) |
| COFINS sobre faturamento | (3.431) | (3.756) |
| | <u>(4.180)</u> | <u>(4.597)</u> |
| Receita líquida | <u>109.997</u> | <u>120.613</u> |

As receitas das controladas são reconhecidas por competência, pela comercialização das suas controladas. Todas as transações de venda geram recebíveis que estão descritos na nota explicativa nº 5. Não há outros ativos ou passivos de contrato reconhecidos.

15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

15.1. Custos de operação e outras receitas/despesas operacionais

| Classificação por função | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|--------------|---------------|-----------------|-----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Custo dos produtos vendidos | - | - | (60.856) | (57.331) |
| Despesas administrativas e gerais | (176) | (350) | (12.014) | (11.201) |
| Resultado de equivalência patrimonial | 7.326 | 16.039 | - | - |
| Outras receitas (despesas) líquidas | (4) | - | (1.352) | (139) |
| | <u>7.146</u> | <u>15.689</u> | <u>(74.222)</u> | <u>(68.671)</u> |

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|---------------|-----------------|-----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Custo de energia | - | - | (13.239) | (12.307) |
| Encargos de uso do sistema de transmissão | - | - | (483) | (118) |
| Despesas com pessoal | - | - | (5.965) | (5.004) |
| Material | - | - | (1.128) | (768) |
| Serviços de terceiros | (78) | (162) | (18.137) | (19.090) |
| Depreciação e amortização (i) | - | - | (24.559) | (24.372) |
| Seguros | (71) | (179) | (7.495) | (4.331) |
| Tributos e taxas | (12) | (2) | (318) | (471) |
| Outras (despesas)/receitas operacionais | 7.307 | 16.032 | (2.898) | (2.210) |
| | <u>7.146</u> | <u>15.689</u> | <u>(74.222)</u> | <u>(68.671)</u> |

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS, LIQUIDAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-------------|-----------------|-----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Rendimentos sobre aplicações financeiras | 1 | - | 4.298 | 4.179 |
| Outras | - | - | 1 | - |
| | <u>1</u> | <u>-</u> | <u>4.299</u> | <u>4.179</u> |
| Despesas financeiras | | | | |
| Juros sobre empréstimos | - | - | (25.893) | (34.242) |
| Juros sobre arrendamento | - | - | (2.107) | (1.140) |
| Despesas bancárias | (1) | (2) | (44) | (42) |
| Outras Despesas | (3) | (10) | (69) | (108) |
| | <u>(4)</u> | <u>(12)</u> | <u>(28.113)</u> | <u>(35.533)</u> |
| Total | <u>(3)</u> | <u>(12)</u> | <u>(23.813)</u> | <u>(31.354)</u> |

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE

Reconciliação do imposto de e contribuição social

| | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 |
| Imposto de Renda | | |
| Receita bruta | 169.850 | 125.210 |
| Alíquota | 8% | 8% |
| | <u>13.588</u> | <u>10.017</u> |
| Outras receitas, inclusive financeiras. | 4.299 | 4.179 |
| Base de cálculo | <u>17.877</u> | <u>14.195</u> |
| Alíquota vigente | 15% | 15% |
| Imposto apurado | (2.683) | (2.125) |
| Adicional federal de 10% | (1.765) | (1.054) |
| Imposto apurado | <u>(4.448)</u> | <u>(3.185)</u> |
| Contribuição social | | |
| Receita bruta | 169.850 | 125.210 |
| Alíquota | 12% | 12% |
| | <u>20.382</u> | <u>15.025</u> |
| Outras receitas, inclusive financeiras. | 4.299 | 4.179 |
| Base de cálculo | <u>4.126</u> | <u>19.201</u> |
| Alíquota vigente | 9% | 9% |
| Imposto apurado | <u>(371)</u> | <u>(1.728)</u> |
| Total Imposto de Renda e da Contribuição Social | <u>(4.819)</u> | <u>(4.911)</u> |

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

18.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas não reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas.

18.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

| Consolidado | Até 1 ano | Até 2 anos | + 2 anos |
|----------------|-----------|------------|----------|
| Fornecedores | 1.415 | - | - |
| Financiamentos | 28.219 | 56.438 | 215.908 |

18.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

18.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2022 a exposição máxima é de R\$57.843 mil no consolidado e R\$12 mil na controladora (R\$54.721 no consolidado e R\$90 na controladora em 2021) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

18.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

18.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações financeiras:

| Consolidado | Valor contábil | | Valor justo | |
|-------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Ativos financeiros | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 715 | 943 | 715 | 943 |
| Aplicações financeiras | 46.196 | 41.569 | 46.196 | 41.569 |
| Contas a receber | 10.932 | 10.981 | 10.932 | 10.981 |
| Outras contas a receber | - | 1.228 | - | 1.228 |
| Total | 57.843 | 54.721 | 57.843 | 54.721 |
| Passivos financeiros | | | | |
| Fornecedores | 1.415 | 5.866 | 26.039 | 10.344 |
| Financiamentos | 300.565 | 320.557 | 412.866 | 352.622 |
| Total | 301.980 | 326.423 | 438.905 | 362.966 |

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

18.7. Instrumentos financeiros por categoria

| Consolidado | 2022 | | |
|-------------------------------|--------------------------|---|------------------|
| | Empréstimos e recebíveis | Valor custo justo por meio do resultado | Custo amortizado |
| Ativos financeiros | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 715 | 46.196 | - |
| Contas a receber | 10.932 | - | - |
| Outras contas a receber | - | - | - |
| Total | 11.647 | 46.196 | - |
| Passivos financeiros | | | |
| Fornecedores | - | - | 1.415 |
| Financiamentos | - | - | 300.565 |
| Total | - | - | 301.980 |

| Consolidado | 2021 | | |
|-------------------------------|--------------------------|---|------------------|
| | Empréstimos e recebíveis | Valor custo justo por meio do resultado | Custo amortizado |
| Ativos financeiros | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 943 | 41.549 | - |
| Contas a receber | 10.981 | - | - |
| Outras contas a receber | 1.228 | - | - |
| Total | 13.152 | 41.549 | - |
| Passivos financeiros | | | |
| Fornecedores | - | - | 5.866 |
| Financiamentos | - | - | 320.557 |
| Total | - | - | 326.423 |

18.8. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

18.9. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2021, foram definidos 3 cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 12,39% (4,42% em 2021) para o CDI e 7,20% (5,32% em 2021) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

| Operação | Exposição | Risco | Provável | Aumento | | Redução | |
|------------------------|-----------|--------|----------|---------|---------|---------|-------|
| | | | | 25% | 50% | 25% | 50% |
| Aplicação financeira | | CDI | | | | | |
| Receita financeira | 4.299 | 12,39% | 533 | 666 | 800 | 400 | 267 |
| Financiamentos | | TJLP | | | | | |
| (-) Despesa financeira | 25.893 | 7,20% | 1.864 | 2.330 | 2.796 | 1.398 | 932 |
| Resultado financeiro | | | (1.331) | (1.664) | (1.996) | (998) | (665) |

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que desde a sua data de constituição em 2010, não foi citada em nenhum processo de polo ativo ou passivo. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não se beneficiaram tributariamente de nenhuma decisão anteriormente julgada em última instância no STF.

Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.